



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processo nº 0000038-53.2022.2.00.0814

DECISÃO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 012-2022/CGJ

Trata-se de e-mail subscrito pela Chefe da Divisão de Relações Internacionais do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Sarah Naiser, informando a inclusão do nome de ALI DARASSA na lista de sanções.

Juntou cópia do Ofício Circular nº 7/2021/DRI/CNTRI/CGTF/DRCI/SENAJUS/MJ, oriundo do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, no qual consta a informação de que a Presidência do Comitê de Sanções das Nações Unidas (CSNU) informou ter sido incluído o referido indivíduo na lista de sanções sobre a República Central Africana e, diante da atualização da referida lista, solicita as providências nele constantes.

É o Relatório.

Ante o exposto, expeça-se ofício circular a todos os Oficiais de Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Pará, encaminhando cópia do presente expediente, para conhecimento e, determinando que adotem providências a fim de ser verificada a existência de ativos no nome de ALI DARASSA e, sendo localizado algum ativo, que os bens sejam indisponibilizados; e que seja feita a comunicação imediata ao Ministério (pelo e-mail institucional csnu@mi.aov.br) de qualquer identificação e/ou tentativa de transferência desses bens. Outrossim, deve ainda ser comunicada ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF) a indisponibilidade, caso o órgão esteja listado no art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Após, archive-se.

Belém, data registrada no sistema.

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do TJPA



Assinado eletronicamente por: ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA - 18/01/2022 11:44:48

<https://corregedoria.pje.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22011811444873500000001038483> Número do documento:

22011811444873500000001038483



Número: **0000038-53.2022.2.00.0814**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **10/01/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Competência do Órgão Fiscalizador**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (REQUERENTE)			
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
1081072	10/01/2022 14:58	INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO
1081107	10/01/2022 14:58	Email	Documento de Comprovação
1081108	10/01/2022 14:58	SEI_MJ - 16839181 - Ofício-Circular	Documento de Comprovação
1081109	10/01/2022 14:58	Anexo_16839112_CAR_Sanctions_Narrative_Summary_of_Reasons_2021Dec	Documento de Comprovação
1081110	10/01/2022 14:58	Anexo_16839113_3_Note_54_Original	Documento de Comprovação
1081111	10/01/2022 14:58	Anexo_16839114_CAR_2021_NOTE_54_Add_6_COMM_137_OUTCOME_FR_proposed_listing_1_indiv_21Dec21	Documento de Comprovação
1081112	10/01/2022 14:58	Anexo_16839115_7_Note_54_Add4	Documento de Comprovação
1081113	10/01/2022 14:58	Anexo_16839116_oficio_266183_511277	Documento de Comprovação
1098555	18/01/2022 11:44	Decisão	Decisão

E-MAIL - CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS.



10/01/2022

Email – Corregedoria Geral de Justiça – Outlook

RE: Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) - URGENTE

CGJ-DGAPO-DIPAC <cgjdipac@tjrj.jus.br>

Qua, 05/01/2022 17:35

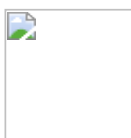
Para: csnu@mj.gov.br <csnu@mj.gov.br>

Cc: csnu.indisponibilidade@bcb.gov.br <csnu.indisponibilidade@bcb.gov.br>; assessoria.pld@bcb.gov.br <assessoria.pld@bcb.gov.br>; listas@cvm.gov.br <listas@cvm.gov.br>; lsilva@cvm.gov.br <lsilva@cvm.gov.br>; marcus@cvm.gov.br <marcus@cvm.gov.br>; giacommet.iagj@dpf.gov.br <giacommet.iagj@dpf.gov.br>; dcj.cgci@dpf.gov.br <dcj.cgci@dpf.gov.br>; listagens@susep.gov.br <listagens@susep.gov.br>; gustavo.dias@susep.gov.br <gustavo.dias@susep.gov.br>; previc.gab@previc.gov.br <previc.gab@previc.gov.br>; uif.csnu@mj.gov.br <uif.csnu@mj.gov.br>; gabinete@anac.gov.br <gabinete@anac.gov.br>; geam@anac.gov.br <geam@anac.gov.br>; ain@anatel.gov.br <ain@anatel.gov.br>; drei@mdic.gov.br <drei@mdic.gov.br>; anoregbr@anoregbr.org.br <anoregbr@anoregbr.org.br>; TJAC <coger@tjac.jus.br>; corregedoria@mpap.mp.br <corregedoria@mpap.mp.br>; protocolo.corregedoria@tjam.jus.br <protocolo.corregedoria@tjam.jus.br>; TJBA <corregedoriageral@tjba.jus.br>

Prezados,

Informo que o presente procedimento recebeu protocolo SEI nº 2022-06000697.

Att,



Divisão de Protocolo Administrativo, Documentação e Informação (DIPAC)

Diretoria-Geral de Apoio à Corregedoria Geral da Justiça (DGAPO)

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Tel: 55(21) 3133-2800 / 3106

e-mail: cgjdipac@tjrj.jus.br

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2004, art. 8º, de 27/01/2004: "As comunicações por correio eletrônico entre Serventias, Secretarias de Órgãos Julgadores e demais Órgãos do Poder Judiciário terão o mesmo efeito de entregues pessoalmente".



De: Gabinete da Corregedoria Geral RJ <gabcgrj@tjrj.jus.br>

Enviado: quarta-feira, 5 de janeiro de 2022 17:04

Para: CGJ-DGAPO-DIPAC <cgjdipac@tjrj.jus.br>

Assunto: ENC: Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) - URGENTE

À DIPAC para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



THAIS CAMPELLO

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Corregedoria-Geral da Justiça

Ramal: 3133-4666

look.office.com/mail/corregedoria.geral@tjpa.jus.br/inbox/id/AAQkADY2NTQ0N2E5LWE5YmUtdi1MS05NDhLWY4NzU4NjYwNzYwOQA... 1/2



Assinado eletronicamente por: AUGUSTO NAZARENO GONCALVES DA SILVA JUNIOR - 10/01/2022 14:57:42
<https://corregedoria.pje.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22011014574185900000001021996>
Número do documento: 22011014574185900000001021996

Num. 1081107 - Pág. 1

De: MJ/Divisão de Relações Internacionais <csnu@mj.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 30 de dezembro de 2021 18:33

Para: csnu.indisponibilidade@bcb.gov.br <csnu.indisponibilidade@bcb.gov.br>; assessoria.pld@bcb.gov.br <assessoria.pld@bcb.gov.br>; listas@cvm.gov.br <listas@cvm.gov.br>; lsilva@cvm.gov.br <lsilva@cvm.gov.br>; marcus@cvm.gov.br <marcus@cvm.gov.br>; giacommet.iagj@dpf.gov.br <giacommet.iagj@dpf.gov.br>; dcj.cgci@dpf.gov.br <dcj.cgci@dpf.gov.br>; listagens@susep.gov.br <listagens@susep.gov.br>; gustavo.dias@susep.gov.br <gustavo.dias@susep.gov.br>; previc.gab@previc.gov.br <previc.gab@previc.gov.br>; uif.csnu@mj.gov.br <uif.csnu@mj.gov.br>; gabinete@anac.gov.br <gabinete@anac.gov.br>; geam@anac.gov.br <geam@anac.gov.br>; ain@anatel.gov.br <ain@anatel.gov.br>; drei@mdic.gov.br <drei@mdic.gov.br>; anoregbr@anoregbr.org.br <anoregbr@anoregbr.org.br>; cogger@tjac.jus.br <cogger@tjac.jus.br>; corregedoria@mpap.mp.br <corregedoria@mpap.mp.br>; protocolo.corregedoria@tjam.jus.br <protocolo.corregedoria@tjam.jus.br>; corregedoriageral@tjba.jus.br <corregedoriageral@tjba.jus.br>; protocoloadm@tjba.jus.br <protocoloadm@tjba.jus.br>; gabinete@tjes.jus.br <gabinete@tjes.jus.br>; protocolocgj@tjgo.jus.br <protocolocgj@tjgo.jus.br>; chefgab_cgj@tjma.jus.br <chefgab_cgj@tjma.jus.br>; corregedoria@tjmt.jus.br <corregedoria@tjmt.jus.br>; gacorapoio@tjmg.jus.br <gacorapoio@tjmg.jus.br>; corregedoria.capital@tjpa.jus.br <corregedoria.capital@tjpa.jus.br>; sei@tjpr.jus.br <sei@tjpr.jus.br>; cgju@tjpb.jus.br <cgju@tjpb.jus.br>; cgj.protocolo@tjpb.jus.br <cgj.protocolo@tjpb.jus.br>; extrajudicial@tjpe.jus.br <extrajudicial@tjpe.jus.br>; Gabinete da Corregedoria Geral RJ <gabcgrj@tjrj.jus.br>; corregedoria@tjrn.jus.br <corregedoria@tjrn.jus.br>; corregedoria@tjto.jus.br <corregedoria@tjto.jus.br>; cgj@tjro.jus.br <cgj@tjro.jus.br>; cgj.gabinete@tjsc.jus.br <cgj.gabinete@tjsc.jus.br>; cgjus@tjto.jus.br <cgjus@tjto.jus.br>; cspsec@marinha.mil.br <cspsec@marinha.mil.br>

Assunto: Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) - URGENTE

Prezados Senhores,

Referimo-nos ao Comitê de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas estabelecidas por meio da resolução 2127 (2013), relativa à República Centro-Africana.

A esse respeito, informa-se a inclusão do seguinte nome na lista de sanções:

Ali Darassa.

Favor confirmar recebimento, de forma urgente, por meio do e-mail: csnu@mj.gov.br.

Atenciosamente,

Sarah Naiser

Chefe da Divisão de Relações Internacionais

Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional

Ministério da Justiça





16839181



08099.013816/2021-04



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
Coordenação-Geral de Tratados e Foros Internacionais
Coordenação de Negociação de Tratados e Representação Internacional
Divisão de Relações Internacionais

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 7/2021/DRI/CNTRI/CGTF/DRCI/SENAJUS/MJ

Brasília, na data da assinatura.

Aos Pontos Focais do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Assunto: **Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) - URGENTE**

Prezados Senhores,

1. Referimo-nos ao Comitê de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas estabelecidas por meio da resolução 2127 (2013), relativa à República Central Africana.
2. No dia 08 de março de 2019, foi promulgada a [Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019](#), a qual dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e por designações de seus comitês de sanções, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados. Essa Lei foi então regulamentada pelo Decreto nº 9.825, de 5 de junho de 2019.
3. O artigo 4º, do Decreto nº 9.825/2019 designa o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão articulador, no Brasil, para a comunicação das sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), devendo informar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e:

I - em casos que envolvam indisponibilidade de ativos:

- a) aos demais órgãos reguladores ou fiscalizadores, que deverão comunicar o fato, sem demora, aos correspondentes sujeitos obrigados, se já não o tiverem feito anteriormente; e



b) aos seguintes órgãos e entidades da administração pública, que deverão adotar as providências necessárias ao cumprimento, sem demora, da medida de indisponibilidade de ativos, se já não o tiverem feito anteriormente:

1. Corregedorias de justiça dos Estados e do Distrito Federal;
2. Agência Nacional de Aviação Civil;
3. Agência Nacional de Telecomunicações;
4. Departamento Nacional de Trânsito do Ministério da Infraestrutura;
5. Capitânias dos portos; e
6. Outros órgãos de registro público competentes;

II - em casos que envolvam restrição à entrada de pessoas no território nacional ou à saída dele, à Polícia Federal, que deverá comunicar o fato, sem demora, às empresas de transporte internacional, se já não o tiver feito anteriormente; e

III - em casos que envolvam restrição à importação ou à exportação de bens, à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, à Polícia Federal e às capitânias dos portos, que deverão comunicar o fato, sem demora, às administrações aeroportuárias, às empresas aéreas e às autoridades e aos operadores portuários, se já não o tiverem feito anteriormente.

Parágrafo único - As comunicações de que trata este artigo serão feitas, preferencialmente, por meio eletrônico, com confirmação de recebimento.

4. A Presidência do Comitê de Sanções das Nações Unidas (CSNU) informou **ter sido incluído o seguinte indivíduo na lista de sanções sobre a República Central Africana:**

5. **CFI.015 ALI DARASSA.**

6. Diante da atualização da referida lista, solicitamos:

- **aos órgãos que registram a propriedade de bens:**

- seja verificada a existência de ativos nos referidos nomes;
- sendo localizado algum ativo:
 - que os bens sejam **indisponibilizados**; e
 - que este Ministério seja comunicado imediatamente (pelo e-mail institucional csnu@mj.gov.br) de qualquer identificação e/ou tentativa de transferência desses bens.
 - comunicar ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF) essa indisponibilidade, caso esse órgão esteja listado no [art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998](#).

- **à Polícia Federal:**

- informamos a necessidade de adotar medidas para prevenir a entrada ou trânsito no território brasileiro, destacando terem sido informados dados dos passaportes, conforme documento anexo;
- solicitamos comunicar o fato, sem demora, às empresas de transporte internacional, se já não o tiver feito anteriormente;
- seja verificada a existência de ativos nos referidos nomes;
- sendo localizado algum ativo:
 - que os bens sejam **indisponibilizados**; e



- que este Ministério seja comunicado imediatamente (pelo e-mail institucional csnu@mj.gov.br) de qualquer identificação e/ou tentativa de transferência desses bens.

- **à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Economia:**
- informamos restrições à importação ou exportação de bens, em decorrência do bloqueio de ativos das pessoas mencionadas;
- solicitamos comunicar o fato, sem demora, às administrações aeroportuárias e às empresas aéreas, se já não o tiver feito anteriormente;
- **à Capitania dos Portos:**
 - além das solicitações relativas à pesquisa e bloqueio de bens (primeiro item desta lista):
 - informamos restrições à importação ou exportação de bens, em decorrência do bloqueio de ativos das pessoas mencionadas;
 - solicitamos comunicar o fato, sem demora, às administrações e operadores portuários, se já não o tiverem feito anteriormente.

7. Solicitamos a confirmação do recebimento deste e-mail pelo endereço eletrônico csnu@mj.gov.br.

8. Seguimos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Santos Campelo Macorin, Diretor(a) do Depto. de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - Substituto(a)**, em 30/12/2021, às 17:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16839181** e o código CRC **7677AED3**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08099.013816/2021-04

SEI nº 16839181

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, - Bairro Zona Cívica Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9936 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <https://sei.protocolo.mj.gov.br>



ALI DARASSA

In accordance with paragraph 59(d) of resolution 2127 (2013), the Security Council Committee established pursuant to resolution 2127 (2013) concerning the Central African Republic makes accessible a narrative summary of reasons for the listing for individuals and entities included in the sanctions list.

CFI.015

ALI DARASSA

Date on which the narrative summary became available on the Committee's website: 21 December 2021

Reason for listing:

Ali Darassa was listed on 21 December 2021 pursuant to paragraph 20 and paragraph 21 (b) of resolution 2399 (2018), extended by resolution 2588 (2021), for engaging in or providing support for acts that undermine the peace, stability or security of the Central African Republic, including acts that threaten or impede the stabilization and reconciliation process or that fuel violence; and for being involved in planning, directing, or committing acts in the Central African Republic that violate international human rights law and international humanitarian law, as applicable, or that constitute human rights abuses or violations, including those involving targeting of civilians, ethnic- or religious-based attacks, attacks on civilian objects, including administrative centres, courthouses, schools and hospitals, and abduction and forced displacement.

Additional information:

Ali Darassa founded and still leads the Central African Republic (CAR)-based militia group Unité pour la Paix en Centrafrique (UPC), which has killed, tortured, raped, and displaced civilians, committed a large number of abuses of human rights and violations of international humanitarian law, and engaged in arms trafficking, illegal taxation activities, and warfare against CAR defense and security forces, as well as other militias, since its creation in 2014. In December 2020, he played a leading role in the creation of the Coalition des patriotes pour le changement (CPC) that took up arms to oppose the elections and attempted to enter the capital, in violation of the commitments made by the UPC under the Accord politique pour la paix et la réconciliation (APPR) signed on 6 February 2019.

Fighters under Ali Darassa's command have committed acts that constitute serious human rights abuses and violations of international humanitarian law. On 10 November 2014, UPC fighters attacked the villages of Bolo in Ouaka Prefecture and 10 civilians were killed including three elderly women who were burned alive in their homes. On 12 December 2017, UPC and FPRC elements opened fire on a hospital, killing 17 civilians, including 4 children. On 15 November 2018, UPC elements attacked an internally displaced persons camp in Alindao, killing between 70 to 100 civilians.

Under Darassa's leadership, UPC continued to oppose the restoration of State authority. In 2016, UPC fighters posed a threat to the electoral process on several occasions. On 29 March 2016, UPC fighters fired bullets over an electoral post and wounded several internally displaced persons.

Since December 2020, as one of the leaders of the CPC, Ali Darassa has participated in violations of the APPR, attempts to prevent the legislative and presidential elections and, more broadly, to destabilize the Central African Republic. Due to threats made by UPC fighters under Ali Darassa's command, voting operations could not take place on 27 December 2020 in areas under UPC's control, for instance in several areas of the Ouaka and Haut-Mbomou Prefectures. In January 2021, UPC attempted to enter Bangui by force.

UNITED NATIONS



NATIONS UNIES

OUTGOING E-MAIL

DATE: 2 December 2021

Reference: S/AC.55/2021/NOTE.54

TO:	The Representative Security Council Committee pursuant to resolution 2127 (2013) concerning the Central African Republic
CC:	The Representative Permanent Mission of Albania Permanent Mission of Brazil Permanent Mission of Gabon Permanent Mission of Ghana Permanent Mission of the United Arab Emirates
FROM:	David Biggs Senior Committee Secretary
☒ For Action ☐ For Information	
SUBJECT:	NOP: France proposed listing (NOTE.54)

Secretariat Contact:

E-mail: sc-2127-committee@un.org
Fax: (917) 367-0460

David Biggs, (212) 963-5598, biggs@un.org
Aidas Sunelaitis, (212) 963 1488, sunelaitis@un.org
Nataliia Grushevska, (212) 963-4618, grushevska@un.org

SC Subsidiary Organs Branch General Telephone Number: (212) 963-4574



SECURITY COUNCIL COMMITTEE ESTABLISHED
PURSUANT TO RESOLUTION 2127 (2013)
CONCERNING THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC

S/AC.55/2021/NOTE.54
2 December 2021

Note by the Chair

The Chair of the Security Council Committee pursuant to resolution 2127 (2013) concerning the Central African Republic presents his compliments to the members of the Committee.

The Chair has the honour to transmit herewith, for **attention and consideration**, a communication dated 2 December 2021 from the Permanent Mission of France to the United Nations (S/AC.55/2021/COMM.121), requesting to add the name of one individual (Ali Darassa) to the Committee's sanctions list in pursuance of paragraphs 20 and 21 (a) of resolution 2399 (2018).

The Chair has the further honour to transmit herewith, for **information**, a communication dated 2 December 2021 from the delegation of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to the United Nations (S/AC.55/2021/COMM.122) informing the Chair that the United Kingdom wishes to co-sponsor the proposed listing.

In this connection, the Chair wishes to note that unless he hears to contrary **by 3:00 p.m. on Thursday, 9 December 2021**, he will take it that the members have no objections to the above-mentioned listing request and will proceed accordingly, including by issuing the attached draft note verbale and press release.

For background information of the incoming members of the Security Council, relevant documentation, if any, originally circulated prior to 1 August 2021 has also been made available in the representative's e-deleGATE under the subfolder entitled "Documents for incoming members" in the "Relevant Documentation" folder.



Draft list entry for: ALI DARASSA

CFi.XXX: Name: 1: ALI 2: DARASSA

Title: na **Designation:** Founder and leader of the *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC) **DOB:** 22 Sept. 1978 **POB:** Kabo, Ouham Prefecture, Central African Republic **Good Quality a.k.a.:** a) Ali Darassa Mahamat b) Ali Mahamat Darassa c) Ali Daras d) Ali Darrassa **Low Quality a.k.a.:** a) Général Ali Darassa **Nationality:** Central African Republic **Passport no.:** **National Identification No.:** 10978000004482 **Address:** **Listed on:** XX 2021 **Other information:** Ali Darassa founded and still leads the Central African Republic (CAR)-based militia group *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC), which has killed, tortured, raped, and displaced civilians, committed a large number of abuses of human rights and violations of international humanitarian law, and engaged in arms trafficking, illegal taxation activities, and warfare against CAR defence and security forces, as well as other militias, since its creation in 2014. In December 2020, he played a leading role in the creation of the *Coalition des patriotes pour le changement* (CPC) that took up arms to oppose the elections and attempted to enter the capital Bangui, in violation of the commitments made by the UPC under the *Accord politique pour la paix et la reconciliation* (APPR) signed on 6 February 2019. INTERPOL-UN Security Council Special Notice web link: <https://www.interpol.int/en/How-we-work/Notices/View-UN-Notices-Individuals> click here

Draft narrative summary

CFi.XXX
ALI DARASSA

Date on which the narrative summary became available on the Committee's website:
XX December 2021

Reason for listing: Ali Darassa was listed on XX 2021 pursuant to paragraph 20 and paragraph 21 (b) of resolution 2399 (2018), extended by resolution 2588 (2021), for engaging in or providing support for acts that undermine the peace, stability or security of the Central African Republic, including acts that threaten or impede the stabilization and reconciliation process or that fuel violence; being involved in planning, directing, or committing acts in the Central African Republic that violate international human rights law and international humanitarian law, as applicable, or that constitute human rights abuses or violations, including those involving targeting of civilians, ethnic- or religious-based attacks, attacks on civilian objects, including administrative centres, courthouses, schools and hospitals, and abduction and forced displacement.

Additional information:

Ali Darassa has founded and still leads the Central African Republic (CAR)-based militia group *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC), which has killed, tortured, raped, and displaced civilians, committed a large number of abuses of human rights and international humanitarian law, and engaged in arms trafficking, illegal taxation activities, and warfare against CAR defense and security forces, as well as other militias, since its creation in 2014. In December 2020, he played a leading role in the creation of the *Coalition des patriotes pour le changement* (CPC) that took arms to oppose the elections and attempted to enter the capital, in violation of the commitments made by the UPC under the *Accord politique pour la paix et la reconciliation* (APPR) signed on 6 February 2019.



Fighters under his command have committed acts that constitute serious violations of international human rights law and international humanitarian law. On 10 November 2014, UPC fighters attacked the villages of Bolo in Ouaka Prefecture and 10 civilians were killed including three elderly women who were burned alive in their homes. On 12 December 2017, UPC and FRPC elements opened fire on a hospital, killing 17 civilians, including 4 children. On 15 November 2018, UPC elements attacked an internally displaced persons camp in Alindao, killing between 70 to 100 civilians. Under Darassa's leadership, UPC continued to oppose the restoration of State authority. In 2016, UPC fighters posed a threat to the electoral process on several occasions. On 29 March 2016, UPC fighters fired bullets over an electoral post and wounded several internally displaced persons.

Since December 2020, as one of the leaders of the *Coalition des patriotes pour le changement* (CPC), Ali Darassa has participated in violations of the APPR, attempts to prevent the legislative and presidential elections and, more broadly, to destabilize the Central African Republic. Due to threats made by UPC fighters under Ali Darassa's command, voting operations could not take place on 27 December 2020 in areas under UPC's control, for instance in several areas of the Ouaka and Haut-Mbomou Prefectures. In January 2021, UPC attempted to enter Bangui by force.

Related entries:



Draft Note verbale

The Chair of the Security Council Committee established pursuant to resolution 2127 (2013) concerning the Central African Republic presents his compliments to the Permanent Representatives and Observers to the United Nations and wishes to convey the following:

On [xx] December 2021, the Committee approved **the addition** of the entry specified below to its Sanctions List of individuals and entities subject to the measures imposed by Security Council resolution 2399 (2018) and adopted under Chapter VII of the Charter of the United Nations.

A. Individuals

CFi.XXX: Name: 1: ALI 2: DARASSA

Title: na **Designation:** Founder and leader of the *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC) **DOB:** 22 Sept. 1978 **POB:** Kabo, Ouham Prefecture, Central African Republic **Good Quality a.k.a.:** a) Ali Darassa Mahamat b) Ali Mahamat Darassa c) Ali Daras d) Ali Darrassa **Low Quality a.k.a.:** a) Général Ali Darassa **Nationality:** Central African Republic **Passport no.:** **National Identification No.:** 10978000004482 **Address:** **Listed on:** XX 2021 **Other information:** Ali Darassa founded and still leads the Central African Republic (CAR)-based militia group *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC), which has killed, tortured, raped, and displaced civilians, committed a large number of abuses of human rights and violations of international humanitarian law, and engaged in arms trafficking, illegal taxation activities, and warfare against CAR defence and security forces, as well as other militias, since its creation in 2014. In December 2020, he played a leading role in the creation of the *Coalition des patriotes pour le changement* (CPC) that took up arms to oppose the elections and attempted to enter the capital Bangui, in violation of the commitments made by the UPC under the *Accord politique pour la paix et la reconciliation* (APPR) signed on 6 February 2019. INTERPOL-UN Security Council Special Notice web link: <https://www.interpol.int/en/How-we-work/Notices/View-UN-Notices-Individuals> click here

Press releases concerning changes to the Committee's Sanctions List may be found in the "Press Releases" section on the Committee's website at the following URL:
<https://www.un.org/securitycouncil/sanctions/2127/press-releases>

The updated version of the Committee's Sanctions List, available in HTML, PDF and XML format, may be found at the following URL:
<https://www.un.org/sc/suborg/en/sanctions/2127/sanctions-list-materials>.

The United Nations Security Council Consolidated List is also updated following all changes made to the Committee's Sanctions List and is accessible at the following URL:
<https://www.un.org/securitycouncil/content/un-sc-consolidated-list>

xx December 2021



Draft press release

Security Council Committee Concerning Central African Republic Adds One Individual to its Sanctions List

On xx December 2021, the Security Council Committee established pursuant to resolution [2127 \(2013\)](#) concerning the Central African Republic approved the addition the entry specified below to its Sanctions List of individuals and entities subject to the measures imposed by Security Council resolution 2399 (2018) and adopted under Chapter VII of the Charter of the United Nations:

A. Individuals

CFi.XXX: Name: 1: ALI 2: DARASSA

Title: na **Designation:** Founder and leader of the *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC) **DOB:** 22 Sept. 1978 **POB:** Kabo, Ouham Prefecture, Central African Republic **Good Quality a.k.a.:** a) Ali Darassa Mahamat b) Ali Mahamat Darassa c) Ali Daras d) Ali Darrassa **Low Quality a.k.a.:** a) Général Ali Darassa **Nationality:** Central African Republic **Passport no.:** **National Identification No.:** 1097800004482 **Address:** **Listed on:** XX 2021 **Other information:** Ali Darassa founded and still leads the Central African Republic (CAR)-based militia group *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC), which has killed, tortured, raped, and displaced civilians, committed a large number of abuses of human rights and violations of international humanitarian law, and engaged in arms trafficking, illegal taxation activities, and warfare against CAR defence and security forces, as well as other militias, since its creation in 2014. In December 2020, he played a leading role in the creation of the *Coalition des patriotes pour le changement* (CPC) that took up arms to oppose the elections and attempted to enter the capital Bangui, in violation of the commitments made by the UPC under the *Accord politique pour la paix et la reconciliation* (APPR) signed on 6 February 2019. INTERPOL-UN Security Council Special Notice web link: <https://www.interpol.int/en/How-we-work/Notices/View-UN-Notices-Individuals> click here

The Committee has made accessible on its website the narrative summary of reasons for listing of the above name, at the following URL:

<https://www.un.org/sc/suborg/en/sanctions/2127/sanctions-list-materials/summaries>

An updated List is accessible on the Committee's website at the following URL:

<https://www.un.org/sc/suborg/en/sanctions/2127/sanctions-list-materials>

The Consolidated United Nations Security Council Sanctions List is also updated following all changes made to the Committee's Sanctions List. An updated version of the Consolidated List is accessible via the following URL: <https://www.un.org/sc/suborg/en/sanctions/un-sc-consolidated-list>

xx December 2021



SECURITY COUNCIL COMMITTEE ESTABLISHED
PURSUANT TO RESOLUTION 2127 (2013)
CONCERNING THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC

S/AC.55/2021/COMM.121
2 December 2021
ORIGINAL: English

Communication dated 2 December 2021 from the Permanent Mission of France
to the United Nations addressed to the Committee

Dear colleagues,

France proposes that the committee designate under sanctions Ali DARASSA, founder and head of the armed group Union pour la paix en Centrafrique (UPC).

This designation has been proposed for several years by the panel of experts. We believe it is our responsibility as a committee to take action, especially given the role of Ali Darassa in the destabilizing activities of the Coalition des patriotes pour le changement since December 2020, in violation of the APPR.

The listing of Ali Darassa is strongly supported by the CAR authorities. As noted in the Chair's report on the committee's visit, the Minister of Foreign Affairs of the CAR stressed that it was not coherent that Ali Darassa should be free of sanctions given his role as an armed group leader. We also note that the adoption of sanctions against Ali Darassa is one of the Chair's key recommendations.

We believe that a swift designation of Ali Darassa would send a strong message in support of the cease fire and the regional roadmap, showing that there is no impunity for crimes committed in the CAR, as well as for those who hamper the peace process.

We are very grateful in advance to all members of the Committee for their support. We would welcome co-sponsoring from delegations who wish to give more momentum to that decision.

Regards,

Estelle FERIAUD

Conseil de sécurité / Pôle Afrique

Cell: (646) 203-1931



UNCLASSIFIED

Draft list entry for: ALI DARASSA

CFi.XXX: Name: 1: ALI 2: DARASSA

Title: na **Designation:** Founder and leader of the *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC) **DOB:** 22 Sept. 1978 **POB:** Kabo, Ouham Prefecture, Central African Republic **Good Quality a.k.a.:** a) Ali Darassa Mahamat b) Ali Mahamat Darassa c) Ali Daras d) Ali Darrassa **Low Quality a.k.a.:** a) Général Ali Darassa **Nationality:** Central African Republic **Passport no.:** **National Identification No.:** 10978000004482 **Address:** **Listed on:** XX 2021 **Other information:** Ali Darassa founded and still leads the Central African Republic (CAR)-based militia group *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC), which has killed, tortured, raped, and displaced civilians, committed a large number of abuses of human rights and violations of international humanitarian law, and engaged in arms trafficking, illegal taxation activities, and warfare against CAR defence and security forces, as well as other militias, since its creation in 2014. In December 2020, he played a leading role in the creation of the *Coalition des patriotes pour le changement* (CPC) that took up arms to oppose the elections and attempted to enter the capital Bangui, in violation of the commitments made by the UPC under the *Accord politique pour la paix et la reconciliation* (APPR) signed on 6 February 2019. INTERPOL-UN Security Council Special Notice web link: <https://www.interpol.int/en/How-we-work/Notices/View-UN-Notices-Individuals> click here

Draft narrative summary

CFi.XXX

ALI DARASSA

Date on which the narrative summary became available on the Committee's website:

XX December 2021

Reason for listing: Ali Darassa was listed on XX 2021 pursuant to paragraph 20 and paragraph 21 (b) of resolution 2399 (2018), extended by resolution 2588 (2021), for engaging in or providing support for acts that undermine the peace, stability or security of the Central African Republic, including acts that threaten or impede the stabilization and reconciliation process or that fuel violence; being involved in planning, directing, or committing acts in the Central African Republic that violate international human rights law and international humanitarian law, as applicable, or that constitute human rights abuses or violations, including those involving targeting of civilians, ethnic- or religious-based attacks, attacks on civilian objects, including administrative centres, courthouses, schools and hospitals, and abduction and forced displacement.

Additional information:

Ali Darassa has founded and still leads the Central African Republic (CAR)-based militia group *Unité pour la Paix en Centrafrique* (UPC), which has killed, tortured, raped, and displaced civilians, committed a large number of abuses of human rights and international humanitarian law, and engaged in arms trafficking, illegal taxation activities, and warfare against CAR defense and security forces, as well as other militias, since its creation in 2014. In December 2020, he played a leading role in the creation of the *Coalition des patriotes pour le changement* (CPC) that took arms to oppose the elections and attempted to enter the capital, in violation of the commitments made by the UPC under the *Accord politique pour la paix et la reconciliation* (APPR) signed on 6 February 2019.

1

UNCLASSIFIED

SENSITIVE BUT UNCLASSIFIED



UNCLASSIFIED

Fighters under his command have committed acts that constitute serious violations of international human rights law and international humanitarian law. On 10 November 2014, UPC fighters attacked the villages of Bolo in Ouaka prefecture and 10 civilians were killed including three elderly women who were burned alive in their homes. On 12 December 2017, UPC and FRPC elements opened fire on a hospital, killing 17 civilians, including 4 children. On 15 November 2018, UPC elements attacked an internally displaced persons camp in Alindao, killing between 70 to 100 civilians.

Under Darassa's leadership, UPC continued to oppose the restoration of State authority. In 2016, UPC fighters posed a threat to the electoral process on several occasions. On 29 March 2016, UPC fighters fired bullets over an electoral post and wounded several internally displaced persons.

Since December 2020, as one of the leaders of the *Coalition des patriotes pour le changement* (CPC), Ali Darassa has participated in violations of the APPR, attempts to prevent the legislative and presidential elections and, more broadly, to destabilize the Central African Republic. Due to threats made by UPC fighters under Ali Darassa's command, voting operations could not take place on 27 December 2020 in areas under UPC's control, for instance in several areas of the Ouaka and Haut-Mbomou prefectures. In January 2021, UPC attempted to enter Bangui by force.

Related entries:

UNCLASSIFIED

SENSITIVE BUT UNCLASSIFIED



SECURITY COUNCIL COMMITTEE ESTABLISHED
PURSUANT TO RESOLUTION 2127 (2013)
CONCERNING THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC

S/AC.55/2021/COMM.122
2 December 2021
ORIGINAL: ENGLISH

Communication dated 2 December 2021 from the Permanent Mission of the United Kingdom
of Great Britain and Northern Ireland addressed to the Chair of the Committee

Dear Estelle,

Many thanks for France's initiative and hard work in this regard. The United Kingdom is pleased to join you in co-sponsoring this designation.

Kind regards

Asima

E-mail : Asima.Ghazi-Bouillon@fcdo.gov.uk | FTN 451 2362 | Direct +1 2127459362 | Mobile +1 7184314510



UNITED NATIONS



NATIONS UNIES

OUTGOING E-MAIL

DATE: 21 December 2021

Reference: S/AC.55/2021/NOTE.54/Add.6

TO:	The Representative Security Council Committee pursuant to resolution 2127 (2013) concerning the Central African Republic
CC:	The Representative Permanent Mission of Albania Permanent Mission of Brazil Permanent Mission of Gabon Permanent Mission of Ghana Permanent Mission of the United Arab Emirates
FROM:	David Biggs Senior Committee Secretary
☐ For Action ☒ For Information	
SUBJECT:	Outcome: Lift of RF Hold - France proposed listing (NOTE.54/Add.6)

Secretariat Contact: E-mail: sc-2127-committee@un.org Fax: (917) 367-0460	David Biggs, (212) 963-5598, biggs@un.org Aidas Sunelaitis, (212) 963 1488, sunelaitis@un.org Nataliia Grushevska, (212) 963-4618, grushevska@un.org
SC Subsidiary Organs Branch General Telephone Number: (212) 963-4574	



SECURITY COUNCIL COMMITTEE ESTABLISHED
PURSUANT TO RESOLUTION 2127 (2013)
CONCERNING THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC

S/AC.55/2021/NOTE.54/Add.6
21 December 2021

Note by the Chair

The Chair of the Security Council Committee pursuant to resolution 2127 (2013) concerning the Central African Republic presents his compliments to the members of the Committee and has the honour to refer to his Note dated 9 December 2021 (S/AC.55/2021/NOTE.54/Add.4), by which the Chair had informed Committee members regarding a technical hold placed by the Russian Federation on the proposed listing of Ali Darassa.

In this connection, the Chair has the further honour to transmit herewith, for **information**, a communication dated 21 December 2021 from the Permanent Mission of the Russian Federation (S/AC.55/2021/COMM.137) lifting its technical hold on the proposed listing request.

The Chair further notes that with the lift of this hold, the listing request is now considered approved, and the Secretariat will proceed accordingly.

For background information of the incoming members of the Security Council, relevant documentation, if any, originally circulated prior to 1 August 2021 has also been made available in the representative's e-deleGATE under the subfolder entitled "Documents for incoming members" in the "Relevant Documentation" folder.



SECURITY COUNCIL COMMITTEE ESTABLISHED
PURSUANT TO RESOLUTION 2127 (2013)
CONCERNING THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC

S/AC.55/2021/COMM.137
21 December 2021
ORIGINAL: English

Communication dated 21 December 2021 from the Permanent Mission
of the Russian Federation to the United Nations addressed to the Committee

Dear colleagues,
Our delegation lifts its technical hold on the proposed listing of Ali Darassa by France. We expect this measure to contribute to stabilization of the situation in the country. We also stress the need for it to be accompanied by further progress on the track of political settlement in the CAR.

Best regards,

Vadim Kirpichenko
Counsellor
Alternate Political Coordinator,
Russian Mission to the United Nations



UNITED NATIONS



NATIONS UNIES

OUTGOING E-MAIL

DATE: 9 December 2021

Reference: S/AC.55/2021/NOTE.54/Add.4

TO:	The Representative Security Council Committee pursuant to resolution 2127 (2013) concerning the Central African Republic
CC:	The Representative Permanent Mission of Albania Permanent Mission of Brazil Permanent Mission of Gabon Permanent Mission of Ghana Permanent Mission of the United Arab Emirates
FROM:	David Biggs Senior Committee Secretary
☐ For Action ☒ For Information	
SUBJECT:	France proposed listing – Hold by Russian Federation and co-sponsorship by India (NOTE.54/Add.4)

Secretariat Contact: E-mail: sc-2127-committee@un.org Fax: (917) 367-0460	David Biggs, (212) 963-5598, biggs@un.org Aidas Sunelaitis, (212) 963 1488, sunelaitis@un.org Nataliia Grushevska, (212) 963-4618, grushevska@un.org
SC Subsidiary Organs Branch General Telephone Number: (212) 963-4574	



SECURITY COUNCIL COMMITTEE ESTABLISHED
PURSUANT TO RESOLUTION 2127 (2013)
CONCERNING THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC

S/AC.55/2021/NOTE.54/Add.4
9 December 2021

Note by the Chair

The Chair of the Security Council Committee pursuant to resolution 2127 (2013) concerning the Central African Republic presents his compliments to the members of the Committee and has the honour to refer to his Note S/AC.55/2021/NOTE.54 dated 2 December 2021, by which the Chair had circulated the proposed listing of Ali Darassa by the Permanent Mission of France to the United Nations and his Note S/AC.55/2021/NOTE.54/Add.1 dated 3 December 2021, by which the Chair had circulated the edits of the United States Mission to the narrative summary of Ali Darassa as per the listing request by the Permanent Mission of France under a no-objection procedure expiring at 3 p.m. on Friday, 10 December 2021.

In this connection, the Chair has the further honour to transmit herewith, for **information**, a communication dated 8 December 2021 from the Permanent Mission of the Russian Federation (S/AC.55/2021/COMM.126), placing a technical hold on the proposed listing.

The Chair has the further honour to transmit herewith, for **information**, a communication dated 9 December 2021 from the Permanent Mission of India (S/AC.55/2021/COMM.127), informing the Chair that India wishes to co-sponsor the proposed listing.

For background information of the incoming members of the Security Council, relevant documentation, if any, originally circulated prior to 1 August 2021 has also been made available in the representative's e-deleGATE under the subfolder entitled "Documents for incoming members" in the "Relevant Documentation" folder.



SECURITY COUNCIL COMMITTEE ESTABLISHED
PURSUANT TO RESOLUTION 2127 (2013)
CONCERNING THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC

S/AC.55/2021/COMM.126
8 December 2021
ORIGINAL: English

Communication dated 8 December 2021 from the Permanent Mission
of the Russian Federation to the United Nations addressed to the Committee

Dear colleagues,

The Russian delegation puts a technical hold on the proposed listing as we need more time to finalize inter-agency coordination process on the issue.

We would also like to refer to information from open sources indicating that Ali Darassa presumably holds a Nigerian citizenship. In this regard we kindly request the initiators of the listing to clarify this issue and, if needed, to amend accordingly relevant documentation of their listing request.

Best regards,

Vadim Kirpichenko
Counsellor
Alternate Political Coordinator,
Russian Mission to the United Nations



SECURITY COUNCIL COMMITTEE ESTABLISHED
PURSUANT TO RESOLUTION 2127 (2013)
CONCERNING THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC

S/AC.55/2021/COMM.127
9 December 2021
ORIGINAL: ENGLISH

Communication dated 9 December 2021 from the Permanent Mission of India
to the United Nations addressed to the Committee

Dear Colleagues,

The Permanent Mission of the India to the United Nations presents its compliments to the Chair of the 2127 Sanctions Committee concerning the Central African Republic and has the honor to co-sponsor the designation presented by France.

Kind regards,
Mijito Vinito
First Secretary





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ofício nº 09243.000585/2021-12

Brasília, 29 de dezembro de 2021

De: DNU II (Divisão de Nações Unidas II)

Para: Ministério da Justiça

Destinatário: Senhora Sarah Naiser

Chefe da Divisão de Relações Internacionais

Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional

Senhora Chefe,

De acordo com comunicação recebida da Missão Permanente do Brasil em Nova York em 27/12, a Presidência do Comitê de Sanções estabelecido por meio da Resolução 2127 (2013), relativa à República Central Africana, informou ter incluído o seguinte indivíduo na lista de sanções:

CFi.015 ALI DARASSA

2. A versão atualizada da lista consolidada de indivíduos e entidades sujeitos a sanções do CSNU relativo à República Central Africana está disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/sanctions/2127/sanctions-list-materials>.

3. Encaminho, em anexo a este ofício, os documentos relativos ao assunto.

Cordialmente,

Viviane Rios Balbino

Conselheira

Este documento poder ser certificado através do endereço:

<https://certificador.itamaraty.gov.br/validador?hash=1ab69250866a68bb0a8d72cca88b1692df373590>

Para responder esta mensagem, favor enviar e-mail para o endereço: **dpaz.documentos@itamaraty.gov.br**



Chefe da Divisão de Nações Unidas II

Documento assinado eletronicamente por **Viviane Rios Balbino**, em 29/12/2021, às 17:52

Este documento poder ser certificado através do endereço:

<https://certificador.itamaraty.gov.br/validador?hash=1ab69250866a68bb0a8d72cca88b1692df373590>

Para responder esta mensagem, favor enviar e-mail para o endereço: **dpaz.documentos@itamaraty.gov.br**



Destinatários deste Ofício

Ministério da Justiça csnu@mj.gov.br

Este documento poder ser certificado através do endereço:

<https://certificador.itamaraty.gov.br/validador?hash=1ab69250866a68bb0a8d72cca88b1692df373590>

Para responder esta mensagem, favor enviar e-mail para o endereço: **dpaz.documentos@itamaraty.gov.br**





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processo nº 0000038-53.2022.2.00.0814

DECISÃO/OFÍCIO 2022/CGJ

Trata-se de e-mail subscrito pela Chefe da Divisão de Relações Internacionais do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Sarah Naiser, informando a inclusão do nome de ALI DARASSA na lista de sanções.

Juntou cópia do Ofício Circular nº 7/2021/DRI/CNTRI/CGTF/DRCI/SENAJUS/MJ, oriundo do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, no qual consta a informação de que a Presidência do Comitê de Sanções das Nações Unidas (CSNU) informou ter sido incluído o referido indivíduo na lista de sanções sobre a República Central Africana e, diante da atualização da referida lista, solicita as providências nele constantes.

É o Relatório.

Ante o exposto, expeça-se ofício circular a todos os Oficiais de Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Pará, encaminhando cópia do presente expediente, para conhecimento e, determinando que adotem providências a fim de ser verificada a existência de ativos no nome de ALI DARASSA e, sendo localizado algum ativo, que os bens sejam indisponibilizados; e que seja feita a comunicação imediata ao Ministério (pelo e-mail institucional csnu@mj.gov.br) de qualquer identificação e/ou tentativa de transferência desses bens. Outrossim, deve ainda ser comunicada ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF) a indisponibilidade, caso o órgão esteja listado no art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Após, archive-se.

Belém, data registrada no sistema.

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do TJPA

